

Dívidas estaduais: acordo ou armação?

CIBILIS VIANA *

Não fosse a reconhecida seriedade do ministro da Fazenda, poderíamos considerar, com toda razão, que a forma como vem sendo tratado assunto da importância da rolagem da dívida dos estados revela, no fundo, uma grande armação. Nestes últimos dias assistimos, perplexos, a uma sucessão de declarações contraditórias a respeito das dívidas dos estados e da situação dos bancos estaduais — beirando a demagogia — e a uma avalanche de contestações aos números apresentados pelo governo federal.

Se levarmos em conta que um assunto desta magnitude, que mexe diretamente com a vida de milhares de pessoas no país inteiro, vem sendo abordado única e exclusivamente através da imprensa, fica difícil entender os reais objetivos em jogo.

Isso tudo inevitavelmente afeta a credibilidade das instituições financeiras estaduais, aumentando, mesmo que artificialmente, os riscos dos seus negócios, o que, na prática, acaba servindo de justificativa para elevações abusivas das taxas de juros. O governador do maior estado da Fe-

deração, inclusive, declarou ao JB do dia 23/03 que o Banespa, "para fechar suas contas, teve que recorrer ao mercado financeiro pagando juros altíssimos depois do vazamento proposital de informações dos técnicos do ministério".

Não podemos aceitar que estados que vêm desenvolvendo um enorme esforço para honrar seus compromissos e sua dívida interna (a do Rio de Janeiro está inteiramente regularizada) venham a sofrer os efeitos perversos desta situação.

Vale lembrar que os estados não emitem novos títulos há vários anos, apenas rolam o montante já existente, sendo que, a cada vencimento, há um resgate de 17% dos papéis, conforme determina protocolo assinado em abril de 1991 entre o governo federal e os governos estaduais.

É preciso que se diga que, por conta da maneira como estão sendo tratadas as relações entre os estados e a União e entre os bancos estaduais e as autoridades monetárias, perdemos bilhões de cruzeiros nas últimas semanas. Estamos falando de recursos da população transferidos dos cofres públicos para engor-

dar os lucros dos grandes conglomerados financeiros, através de uma forte elevação das taxas de juros que incidem sobre a rolagem das dívidas dos estados.

Tamanha falta de espírito público só tem servido para alimentar a ciranda financeira e reduzir ainda mais os escassos recursos dos estados, afetando profundamente o atendimento de suas crescentes demandas sociais.

Cabe perguntar: por que até agora o poder central não apresentou uma solução definitiva para a rolagem da dívida, impondo, em razão dessa omissão, um custo adicional e injusto às finanças dos estados? Estranha-se que tanto o governo federal como o Congresso Nacional ainda não tenham tomado decisões firmes em relação a assunto de tal relevância, que, pelo modo leviano como vem sendo abordado, tem tido repercussão imediata e negativa no mercado financeiro. Com a palavra, o ministro da Fazenda.

JORNAL DO BRASIL

* Secretário de Economia e Finanças do estado do Rio de Janeiro e presidente do Banerj